

Apresentação

Gilberta Acselrad (org.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ACSELRAD, G. org. Apresentação. In: *Avessos do prazer: drogas, Aids e direitos humanos* [online]. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, pp. 11-16. ISBN: 978-85-7541-536-8. Available from: doi: [10.7476/9788575415368](https://doi.org/10.7476/9788575415368). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/bgqvf/epub/acselrad-9788575415368.epub>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

APRESENTAÇÃO



Drogas e Aids são temas de interesse público; no entanto, hoje, o uso de substâncias químicas e o exercício da sexualidade são questões discutidas por meio de muitas generalizações indevidas. Isto porque os riscos que cercam essas experiências variam para cada grupo social – os riscos não são os mesmos para quem vive no asfalto ou na favela. Entretanto, a prevenção oficial que conhecemos no Brasil é genérica, parcial, deixando um campo aberto a violações constantes dos direitos básicos de cidadania. Mesmo sendo comum a afirmação de que o uso de drogas faz parte da história da humanidade – são inúmeras as modalidades de consumo conhecidas ontem e hoje –, a experiência assume a cada momento características particulares, nem sempre adequadamente consideradas. Pesquisadores identificaram diferentes tipos de uso, alguns sob formas específicas de controle, adotados em determinados contextos históricos. Com base nessa evidência, há muitos anos se tem procurado afirmar que a dependência não é inevitável para todos os usuários: ela resulta do encontro de um produto, uma personalidade e um meio sociocultural, sendo o uso indevido uma consequência da perda de controles individuais e coletivos diante dos riscos próprios a tal experiência. Também a noção de ‘grupos de risco’ já há alguns anos não se tem sustentado, prevalecendo a noção não estigmatizante de ‘comportamentos de risco’. No entanto, as generalizações persistem no senso comum, ‘justificando’ a discriminação de alguns grupos sociais. Na política dita ‘antidrogas’ prevalece a pregação da abstinência, apoiada na repressão, tantas vezes violenta (no caso das drogas ilícitas), ou na negligência perigosa (quando se trata de drogas de uso lícito). Motivações religiosas, por sua vez, comprometem o sexo seguro – ao condenar o uso do preservativo – e dificultam a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

De maneira geral, predominam mistérios, discriminação, repressão. Daí a urgência de um debate amplo e esclarecido.

Com o objetivo de contribuir para a reflexão e a ação dos atores sociais com prática institucional e/ou comunitária no campo da educação, saúde e direitos dos usuários de drogas e pessoas com HIV/Aids, tentamos aqui pensar coletivamente tais questões nos seus 'avessos', ou seja, de forma essencialmente solidária, na contramão das políticas repressivas e autoritárias. Tentamos refletir sobre o estreitamento dos espaços de prazer na vida dos sujeitos e sobre o prazer que a droga garante, ainda que, hoje, em meio a tantos riscos. À pergunta usual – por que as pessoas se drogam? –, acrescentamos outra – por que algumas pessoas conseguem usar drogas de forma controlada e por que, de outro lado, se tem exercido tanta intervenção em experiências que pertencem à esfera da vida privada?

Por se tratar de temas de interesse público, apostamos na importância de uma reflexão e atuação coletiva que reúne profissionais de várias áreas – ciência política, psicanálise, medicina, direito, comunicação, educação, serviço social, psicologia, enfermagem, entre outras –, professores da Uerj (Instituto de Medicina Social, Instituto de Filosofia, Faculdade de Direito, Faculdade de Enfermagem, Departamento de Saúde do Trabalhador, Hospital Universitário Pedro Ernesto, Programa Cidadania e Direitos Humanos), da UFRJ (Departamento de Geografia, Divisão de Saúde do Trabalhador, Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva), do Instituto Oswaldo Cruz/Fiocruz (Laboratório de Educação Ambiental e em Saúde/Departamento de Biologia), assim como ativistas de organizações não-governamentais (Associação Brasileira de Redutores de Danos - Aborda, Grupo Consciência Masculina, Grupo Pela Vidda/Rio de Janeiro, Instituto Noos, Liga Antiproibicionista Internacional).

A necessidade de um pensar coletivo se manifestou também no acompanhamento das atividades da Rede de Direitos Humanos Drogas e Aids/Rio de Janeiro, articulação de entidades comunitárias, entidades religiosas, organizações não-governamentais, pessoas físicas ligadas a instituições governamentais, estudantes, trabalhadores, desempregados, aposentados; em todos esses espaços, percebemos o interesse em formular propostas democráticas em substituição às estratégias repressivas.

Os artigos aqui reunidos refletem, em sua maioria, questões centrais que vêm sendo discutidas no espaço do Núcleo de Estudos Drogas/Aids e Direitos Humanos, Laboratório de Políticas Públicas da Uerj.¹

¹ Em fóruns, seminários e no curso de extensão universitária Drogas/Aids na ótica dos direitos humanos (indicado, em 1999, como 'prática exemplar', pela Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids/Abia, Secretaria de Políticas Sociais e Un aids).

A constituição do sujeito coletivo e a questão dos direitos humanos, apresentada por Carlos Alberto Plastino, introduz a idéia moderna de sujeito. O texto discute a igualdade como noção necessária mas não suficiente, devendo ser ampliada através da noção do direito à singularidade. A sociedade moderna, altamente desenvolvida, diversificada e complexa, tem dificuldades em encontrar os caminhos de convívio com a diferença. A contribuição da psicanálise é apresentada como essencial à compreensão do homem como ser de afetos, capaz de atos solidários.

Em *Identidade, diferença e exclusão na sociedade brasileira contemporânea*, Benilton Bezerra Jr. fala de “um sentimento generalizado de crise que afeta o imaginário social, comprometendo a construção da subjetividade e a responsabilidade individual e coletiva de construção do futuro”. A afirmação do projeto neoliberal cria novas formas de marginalização pela produção de sujeitos descartáveis, excluídos. O autor acentua a importância de ‘aprender’ a ser humano reconhecendo os outros, nas suas semelhanças e diferenças sociais e culturais.

Violência, dinheiro fácil e justiça no Brasil: 1980-1995 traz à discussão a pesquisa de Alba Zaluar sobre o crescimento da criminalidade nas regiões metropolitanas. O lugar da violência na nossa cultura e no panorama do crime organizado internacionalmente, o funcionamento ineficiente e injusto da Justiça são referidos como tendo um papel crucial no modo pelo qual a crise da moralidade se concretiza no Brasil. As deficiências da Justiça e a análise de processos judiciais evidenciam discriminações que se somam no caso de jovens, não brancos, com baixo poder aquisitivo, cuja superação dependerá da participação dos cidadãos na construção da democracia da vida cotidiana.

Aprofundando as raízes dos problemas decorrentes do uso de drogas, Marco Perduca discute o tema da proibição e suas implicações em nosso cotidiano. No artigo *Vamos criminalizar a proibição!*, o autor faz a crítica das leis e políticas de controle, esclarecendo que a imposição de restrições dogmáticas à vida e à liberdade é contrária aos direitos humanos e resulta num dramático e custoso impacto sobre a vida das pessoas. Após tantos anos de políticas ineficazes, Perduca propõe examinar “a possibilidade de criminalizar a proibição e não o que ela tenta regular”.

O consumo de drogas nem sempre passa por uma decisão voluntária consciente, não sendo, portanto, claramente percebido. Em alguns casos, o sujeito não se percebe como usuário, não há busca de novas percepções da realidade, prazer, ou o alívio de sensações dolorosas, físicas ou psíquicas. Tra-

ta-se aqui da inalação involuntária de substâncias psicoativas, de uso permitido legalmente, durante o processo de trabalho industrial, que está na origem de doenças ocupacionais que atingem trabalhadores expostos à sua ação. Em *Perigo silencioso: trabalhadores intoxicados por vapor de mercúrio em uma indústria de cloro/soda*, Heloisa Pacheco-Ferreira relata depoimentos de trabalhadores, suas queixas e o quadro clínico apresentado. Essa realidade não costuma ser associada ao uso de drogas e é ainda muito pouco discutida.

No campo jurídico, a defesa dos direitos das pessoas com HIV/Aids já tem uma história. A partir do entendimento da necessária relação entre o sentimento de civilidade e o sistema jurídico que nos leva a exigir a extensão da cidadania, em um projeto profundo de solidariedade, Míriam Ventura analisa em *Instrumentos jurídicos de garantia dos direitos das pessoas vivendo com HIV/Aids* o processo de efetivação jurídica e social das pessoas soropositivas e seus reflexos nas políticas de saúde pública.

O reconhecimento dos direitos das pessoas vivendo com HIV/Aids tem sido conquistado através da militância de organizações não-governamentais, mas ainda estamos longe de algo semelhante no que se refere aos direitos dos usuários de drogas. Em *Legislação brasileira sobre drogas: história recente – A criminalização da diferença*, Maria Lúcia Karam critica a irracionalidade da política proibicionista, a opção repressora que criminaliza usuários, propondo alternativas que respeitem a liberdade do sujeito.

Em *Drogas: o desafio da saúde pública*, Pedro Gabriel Delgado discute as ações do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) e a implementação dos Centros de Atendimento Psicossocial em Álcool e Drogas, que buscam revisar, propor e discutir a política sobre álcool. As ações afirmativas de políticas consistentes e articuladas intersetorialmente são afirmativas de uma saúde pública comprometida com a democracia e a promoção dos direitos humanos.

A influência da lei que regulamenta o consumo de drogas no Brasil tem condicionado o discurso da educação. Ao invés de investir na educação para a autonomia formando sujeitos capazes de ação e reflexão, os educadores muitas vezes incorporam e prestigiam a função de vigiar e punir. No texto *A educação para a autonomia: construindo um discurso democrático sobre drogas*, a organizadora analisa a ineficácia de programas antidrogas que têm como objetivo a abstinência e propõe como alternativa a educação dialógica, incorporando princípios da redução de danos.

Numa proposta provocadora de reflexão sobre as possibilidades de troca entre educação e psicanálise, em *Freire e Freud: por uma atitude transitiva na*

educação sobre drogas Marcelo Araújo Campos faz a síntese desses olhares, afirmando a importância de uma pedagogia comprometida com a construção da autonomia. O autor faz a crítica do adestramento ingênuo e perigoso do discurso antidrogas que, afastado do princípio de realidade, entorpece a razão e perturba a emoção, mantendo despreparados os educadores na sua função de orientar seus educandos, diante dos riscos reais e imaginados que caracterizam hoje o consumo de drogas.

Ainda que o uso de drogas e as DST/Aids não sejam 'privilegio' da população jovem, é, sem dúvida, a partir da adolescência que essas situações podem acontecer. No artigo *A prevenção das DST/Aids e do uso indevido de drogas a partir da infância e da adolescência: uma abordagem lúdico-afetiva*, Virgínia Schall fala da criança, do jovem e de sua busca de modelos fora de casa, tentando libertar-se da influência dos pais e construir valores próprios. A autora apresenta as estratégias informativo-educativas desenvolvidas pelo Laboratório de Educação Ambiental e em Saúde (Leas)/Fundação Oswaldo Cruz.

Na mesma linha de pesquisa pedagógica do Leas, Simone Monteiro e Sandra Rebello, no texto *Prevenção do HIV/Aids e do uso indevido de drogas: desenvolvimento e avaliação de jogos educativos*, discutem a construção do Jogo da Onda e do Zig-Zaids. São ilustradas as etapas de desenvolvimento do material educativo voltado para a prevenção do uso indevido de drogas e apresentados os métodos de avaliação da repercussão de jogo Zig-Zaids.

Estendendo a reflexão sobre formas de proteção em face dos riscos das DST/Aids e do uso indevido de drogas, Marcelo dos Santos Cruz, em *Práticas médicas, toxicomanias e a promoção do exercício da cidadania*, discute os modelos conceituais dominantes sobre as toxicomanias, a evolução do conceito de dependência, as bases do atendimento aos usuários de drogas e seus familiares, as dificuldades e novas possibilidades de atendimento, assim como a função social do médico promovendo a expansão da liberdade do sujeito.

Elize Massard da Fonseca e Francisco Inácio Bastos reafirmam a importância do respeito aos diferentes usos em *Políticas de redução de danos em perspectiva: comparando as experiências americana, britânica e brasileira*. A discussão comparativa de modelos de políticas de drogas demonstra que ações afirmativas de redução de danos são hoje uma realidade possível e desejável no tocante ao fortalecimento da capacidade de autodeterminação e à flexibilização de alternativas. Se o vínculo inicial é tributário da troca material de seringas e agulhas, a abordagem da redução de danos recupera uma escuta institucional, integra a comunidade no encaminhamento das questões, abrindo espaço para políticas democráticas sobre drogas.

A reflexão sobre drogas e Aids do ponto de vista dos direitos humanos vem sendo nossa resposta à necessidade coletiva de formação de cidadãos capazes de deliberação e ação na ótica da construção dos direitos. A solidariedade e o compromisso político com a cidadania devem ser constitutivos, sem dúvida também no campo das drogas e da prevenção de riscos à saúde, de políticas públicas democráticas.

A Organizadora